

AGROECOLOGIA: novas formas técnicas e meios de visibilidade, um estudo de caso sobre o grupo para consumo agroecológico.

Eduardo Felipe Pinheiro da Silva¹

Resumo

A concretização da agroecologia enquanto proposta de desenvolvimento rural emergiu atrelada a diversos fatores e situações históricas articuladas em nível global. Porém, as implicações negativas do processo de modernização da agricultura certamente contribuíram para o fortalecimento da agroecologia. No aspecto técnico, as práticas agrícolas adotadas na produção agroecológica, referem-se “a fertilização orgânica, à reciclagem de nutrientes, ao uso conservacionista do solo, à rotação de cultivos e criação, aos poli cultivos, ao manejo integrado e biológico de pragas e ao manejo da biodiversidade para o controle de pragas” (COSTA NETO, 1999, p. 312). Estas técnicas têm o objetivo de minimizar os efeitos agressivos sobre o ambiente natural. A agroecologia busca, ainda, valorizar o modo de vida do agricultor, a cultura e o conhecimento acumulada ao longo das gerações. Ela “valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade” (GLIESSMAN, 2005, p. 54). A agroecologia se apresenta como prática capaz de preservar e reconstruir sistemas de produção degradados pela ação do homem, Dessa forma, a agroecologia corresponde a um campo de estudo que compreende o manejo ecológico dos recursos naturais, para que, através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica seja construído um modelo de agricultura e de vida sustentável.

Palavras-chave: Sustentável; Preservar; Manejo.

AGROECOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE SOLIDARIZAÇÃO DOS MEIOS

A agroecologia refere-se ao estudo da agricultura desde uma perspectiva da ecologia á uma desenvoltura do sustentável, do produzir e preservar. A mesma tem como unidades básicas de análise os ecossistemas agrícolas, abordando os processos agrícolas de maneira ampla, não só visando maximizar a produção, mas também otimizar o agroecossistema total, incluindo seus componentes socioculturais, econômicos, técnicos e ecológicos.

Partimos do pressuposto de que a agroecologia (ou enfoque agroecológico) é orientada ao desenvolvimento de agroecossistema sustentáveis. Os sistemas de produção agroecológicos devem ser fundamentados no manejo regenerativo dos recursos naturais (biodiversidade, solo

¹ Discente do 8º semestre do curso de Licenciatura Plena em geografia, da Universidade do Estado do Pará

E-mail:eduardosilvageo@gmail.com

e água). Dessa forma, ao mesmo tempo em que conservam o meio ambiente, são sistemas que pouco dependem de insumos externos para reproduzir sua capacidade produtiva.

As formas em que esses sistemas são desenvolvidos e manejados apresentam muitas variações em função dos diferentes ecossistemas e das condições econômicas e socioculturais dos produtores, incluindo sistemas agrícolas e de criação, sistemas agroflorestais, sistemas agroextrativistas e, inclusive, o que é o mais corrente, varias combinações dessas possibilidades. Nesse sentido, o enfoque agroecológico tem como ideia central o respeito às diversidades locais e a convivência com os ecossistemas, contrapondo-se aos pacotes tecnológicos desenvolvidos para disseminação de sistemas produtivos artificializadores, especializados em monocultivos comerciais como é o caso do Dendê, Soja, Cana de açúcar e entre outras.

A ética nas relações sociais e a equidade na repartição das riquezas socialmente produzidas são aspectos essenciais na avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas (COSTA e BORBA, 1990). Nesse sentido, os processos de construção do conhecimento agroecológico devem aprender, além da dimensão estritamente técnico-produtiva, aspectos relacionados à dimensão sociocultural que regulam as relações humanas desde o âmbito familiar até o conjunto da sociedade. É nesse contexto que os enfoques sobre as relações sociais de gênero e geração ganharam relevância nos processos voltados a promoção do enfoque agroecológico. Além disso, o respeito e a valorização de identidades socioculturais que especificam comunidades rurais na sua relação com a sociedade e com a natureza é um elemento igualmente fundante deste enfoque.

Considera-se ainda que os princípios da agroecologia não findam no espaço rural, uma vez que são igualmente aplicados no desenvolvimento de praticas sustentáveis de agricultura urbana.

Nos dias atuais, o termo agroecologia pode ser analisado como uma disciplina científica, como uma prática agrícola ou como um movimento social e político. Nesse sentido, a agroecologia não existe isoladamente, mas é uma ciência integradora que agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar também saberes populares e tradicionais provenientes das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas.

Portanto, a base de conhecimento da agroecologia se constitui mediante a sistematização e consolidação de saberes e práticas (empíricos tradicionais ou científicos), visando à agricultura ambientalmente sustentável, economicamente eficiente e socialmente justa.

“A abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Na base dessa mudança está a filosofia de se produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com (e não contra) a natureza. Propõe, portanto, novas formas de apropriação dos recursos naturais que devem se materializar em estratégias e tecnologias condizentes com a Filosofia-base” (GUTERRES, 2006).

Como há estudos recentes em relação aos efeitos, dos usos dos agrotóxicos no plantio neste mercado que é o agronegócio, a agroecologia vem ganhando força nesse debate. O fator nesse processo se destaca a, transição agroecológica que no caso, é a passagem da maneira convencional de produzir com agrotóxicos e técnicas que agridem a natureza, para novas maneiras de fazer agricultura, com tecnologias de base ecológica, buscando proporcionar de maneira integrada a produção agrícola, o respeito e a conservação da natureza, sem esquecer jamais da meta de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas, sejam elas consumidores ou produtores agrícolas.

A transição agroecológica pode ser interna aos sistemas de produção, e também externa, pois implica mudanças ou alterações nas características culturais, estruturais e/ou ecológicas em sistemas já estabelecidos. A transição externa é aquela que acontece fora das unidades de produção. Alguns dos fatores capazes de influenciar na transição agroecológica externa são: Consciência pública, organização, mercados e infraestrutura; mudanças no ensino, pesquisa e extensão rural, Legislação, e Reforma Agrária.

Nesse sentido, os agricultores familiares são os principais experimentadores das práticas agroecológicas, buscando sempre adaptar sua realidade ao sucesso do plantio. Desta forma, é importante incluir o conhecimento local no desenvolvimento de técnicas de produção agrícola como uma forma de conhecimento válido, pois ajuda a construir e desenvolver a agricultura familiar, resgatando o saber do agricultor familiar sobre o potencial agrícola de seu agroecossistema. Este conhecimento é usado para sustentar a comunidade, sua cultura e os recursos naturais necessários para a sobrevivência contínua das comunidades rurais (FRAXE, 2004).

“Uma relação muito importante quando se aborda desse mercado, que o elevado número de competidores no setor, estimulado pelas baixas barreiras de entrada e pela aparente simplicidade do processo produtivo, pode acarretar dificuldades na manutenção de relações comerciais estáveis e de longa duração. Para tentar preservar essas relações ameaçadas por outros concorrentes, os produtores devem ter atenção redobrada em relação a cumprimento de prazos, padrões de qualidade, quantidades de mercadoria e estabilidade relativa de preços, considerados fatores críticos para o sucesso nesse setor. E daí advém, outro empecilho aos que manuseiam a farinha, a sua pericubilidade que acaba por dar prejuízos aos compradores e até os consumidores”. (SILVA, E.F. P, 2016).

A adoção de sistemas agroecológicos pelos produtores é uma estratégia para fortalecer os sistemas agrícolas tradicionais articulando com outras práticas de uso de terra que contribuíram para a diversidade e produtividade, e com forma autogeridas de acesso ao mercado, de forma a garantir a soberania alimentar, a melhoria da renda e a recuperação de áreas alteradas. A agroecologia deve ser entendida como um novo paradigma cujas práticas “nos remetem a recuperação dos saberes tradicionais” (LEFF, 2002).

A agricultura de base agroecológica objetiva o desenvolvimento de processos sustentáveis de produção, cujas técnicas buscam aumentar a biodiversidade e tornar o solo mais nutrido a fim de evitar pestes e pragas. Para o tratamento do solo, não há receita ou normas a serem seguidas como na agricultura convencional ou orgânica e nisto reside a principal diferença entre a agricultura orgânica e de base agroecológica, que somente difunde conceitos para “agriculturas mais sustentáveis” (PRIMAVESI, 2002). Dessa forma, a agricultura de base agroecológica baseia-se no entendimento sistêmico dos agrossistemas, respeitando conhecimentos tradicionais dos povos habitantes da região e as espécies nativas como um todo, sendo a agricultura sadia, diversificada e sustentável.

“a agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentância e a segurança alimentar das comunidades rurais” (LEFF, p.37, 2002).

Nesse contexto, os saberes tradicionais devem ser compreendidos como “um conjunto de conhecimento práticos, experimentais e reflexivos, que constituem um patrimônio dos povos que se transmite entre gerações”. Na busca de qualificar seus argumentos, LEFF (2002)

afirma que os saberes tradicionais estão arraigados a terra, sendo essa a base da produção material e da reprodução social.

Os saberes tradicionais constituem uma forma de apropriação das culturais tradicionais em relação ao seu ambiente e, ao contrario do que se apregoava a ciência moderna, é uma incorporação da natureza que envolve um trabalho intelectualivo. A natureza é “boa pra pensar”.

O presente artigo é referente a um ensaio de minha monografia, ao qual suas reflexões e tomadas de objetivo, estão em processo de uma construção do conhecimento. Aplicado através de trabalhos de campo analise bibliografia e tomadas empíricas dos saberes práticos, se baseia o índice desta construção. Entretanto, as analises reflexivas de nosso presente artigo, tomam em pauta a analise de um Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA), Ao qual o mesmo tem sua funcionalidade na região metropolitana de Belém, que abrange diversos municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Izabel, Benevides, Magalhaes barata, Americano, Castanhal) em uma perspectiva do Professor Dr. Sant’clair.

O GRUCA tem suas diretrizes inspiradas nos princípios da economia solidaria e características de um grupo de consumo responsável (GCR), no qual seu principal fator/diferenciador esta atrelada a aproximação entre agricultor e consumidor, onde há a quebra do intermediário (marreteiro), inovação do CSA² e a pratica do preço justo e a transparência dos seus produtos.



FONTE: Eduardo Felipe Pinheiro da Silva, 2017.

² CSA refere-se a pratica de o Consumidor Sustenta o Consumidor.

Ao qual o consumidor fazem seus pedidos e posteriormente recebem seus produtos nos painéis cabanos³. O ponto de encontro pela entrega aos consumidores foi a feira orgânica de Belém que se realiza aos domingos, na Praça Brasil ou na Praça Batista Campos. Além dos produtos na compra coletiva, ao quais os consumidores recebem a planilha divulgada previamente, os Consumidores dividem o custo do transporte, visitam os produtores nos lotes espalhados nos assentamentos rurais. O GRUCA tem seu início em 2014, através de um resultado satisfatório de uma especialização no NCADR/UFGA, O companheiro Noel Gonzaga fundou o GRUCA.

A partir de reuniões foram elaborado e acordados os seguintes pontos como propostas/premissas iniciais para o grupo:

- O grupo não visa o lucro e prega a transparência. Os preços dos produtos serão os cobrados pelos produtores.
- Busca-se a autogestão, associados são responsáveis pela forma de trabalho do grupo.
- Decisões relevantes serão tomadas pelo coletivo; responsabilidades individuais devem ser assumidas para o grupo funcionar.

Algumas considerações finais sobre a experiência e a construção do conhecimento agroecológico, o que essa experiência trouxe foi sobretudo o fortalecimento de vínculos e o nascimento de novos, norteado pela solidariedade e cooperação entre participantes do grupo e destes com os produtores(as). É a ação direta e o apoio mútuo defendido por Piotr Kropotkin que se materializa frente ao monstro que se julga imbatível, que é o sistema social, político e econômico de ordem vigente.

ECOLOGIA DOS SABERES

Conforme Boaventura Santos (2009) ao tratar das *Epistemologias do Sul*, ele afirma que não existe uma Epistemologia do Sul, mas sim, várias, que se inscrevem nesse campo (pós-colonial ou decolonial) diverso e tenso de ideias e posições, que têm aproximações, mas também diferenças. Por exemplo, Boaventura, depois de se autodefinir como "pós-moderno

³ Os painéis cabanos são uma forma de quebrar o paradigma de sacolas e dar maior voz a uma prática sustentável, os valores dos painéis giram em média de R\$ 60,00.

de oposição" como contraponto à corrente dominante culturalista do pós-colonialismo (SANTOS, 2006).

Nos estudos de Boaventura como o sul é concebido? “O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SANTOS; MENESES, 2009, p.12). Para Santos, é importante saber e reconhecer que existe um Sul, saber os caminhos que levam até ele, construir o aprendizado a partir dele e com ele. O Sul, por sua vez, é designado pelos estudos de Boaventura, como um lugar onde as experiências sociais, os saberes, a cultura de povos e nações pertencentes ao Sul, que foram historicamente colonizadas, violentadas física e simbolicamente, tiveram suas experiências sociais e seus conhecimentos invisibilizados e excluídos pelo paradigma epistemológico hegemônico ocidental moderno. Esse paradigma está associado ao modelo capitalista e colonialista que vem se impondo historicamente e, conforme o autor, sendo legitimado por essa racionalidade eurocêntrica dominante. Assim, há uma articulação coerente e tensa entre essa base epistemológica dominante e as dimensões, social, política, cultural e econômica do sistema capitalista.

A racionalidade moderna ocidental hegemônica, em especial a sua forma positivista, é um paradigma epistemológico global dominante. Com o avanço da ciência moderna, que passou a determinar o conhecimento válido e o não válido, científico ou popular, ajudando a produzir e legitimar uma divisão, classificação e hierarquização social, que encontra sustentação no pensamento abissal. “O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis” (SANTOS, 2009, p. 23).

Através disso, conforme Santos impôs-se uma divisão ou classificação social inscrevendo uma linha global que divide o mundo: Norte e Sul. Contudo, é importante atentar, como adverte o referido autor, para o “Norte Imperial” e “Sul Europeu”; o “Sul Imperial” e “Sul das vítimas”, dos/as oprimidos/as. Por um lado, aqueles detentores do conhecimento eurocêntrico tido como válido pela ciência moderna, por outro lado, aqueles onde seus saberes, culturas e práticas sociais são invalidados e desautorizados pela racionalidade eurocêntrica dominante, a “Razão Indolente”, que produz lógicas de não

existência social⁴ configurando um campo de relações de poder e de disputa estruturalmente desigual e excludente (2004, p. 779 a 788).

Partindo dessa problemática Norte e Sul, Boaventura sugere um pensamento pós-abissal. Enquanto proposta alternativa, ele (2006; 2009) orienta para uma ecologia de saberes e a tradução intercultural⁵. O que a Ecologia de Saberes tem a nos revelar sobre as linhas globais? Para que isso, de fato, ocorra terá que se travar uma luta, em várias dimensões (epistemológica, política e social), para que outras formas de privação e de constelações de opressão e dominação sejam visibilizadas, enfrentadas e superadas, bem como fazer emergir alternativas plurais de sociabilidade desse Sul, isto é, de experiências e resistências sociais contra-hegemônicas. Isso sugere a crítica, também, à limitação da abordagem estrutural marxista das lutas de classes, do centralismo na dimensão econômica e de seu próprio eurocentrismo em relação aos povos e grupos sociais do Sul e suas formas de sociabilidade.

Em face disso, ele defende a urgência e necessidade de trazer à tona as experiências sociais invisíveis e excluídas por esse paradigma hegemônico, para alargar o presente e criar a possibilidade de construção de caminhos contra-hegemônicos vindos de *baixo*, do Sul, das classes populares subalternas. Para isso, Santos (2004, p. 790) chama atenção para se pôr a vista esses conhecimentos e experiências sociais ausentes e invisíveis, através de uma *Sociologia das Ausências*⁶, visando “substituir a monocultura do saber científico” por esse paradigma da “ecologia de saberes” e alargar o presente.

Neste sentido, pode-se dizer que sujeitos que vivem do/no meio rural, levando em consideração sua diversidade e complexidade, foram historicamente violentados pela lógica capitalista e colonial, quer seja através da monocultura do saber, quer seja, concomitantemente, pelas lógicas de hierarquização social, do tempo linear, da produtividade do tempo linear. Desta forma, ainda que o colonialismo, enquanto relação formal e política

⁴ Boaventura Santos (2006) aponta cinco lógicas ou modos de produzir a “não-existência social” por esse paradigma hegemônico: *i*) a monocultura do saber e do rigor do saber; *ii*) a monocultura do tempo linear; *iii*) a lógica da classificação social; *iv*) a lógica da escala dominante; e *v*) a lógica produtivista.

⁵ Boaventura trabalha com o conceito de Interculturalidade, que pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas que partilham um dado espaço cultural. Contrapondo o conceito de Multiculturalismo Conservador, que pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina (SANTOS, 2009).

⁶ É um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo.

tenha se extinguido, as heranças coloniais persistem, a lógica da colonialidade do poder e do saber. (SANTOS, 2006; QUIJANO, 2009)

Em seus estudos em que se dedicou sobre o mundo rural brasileiro Maria de Nazareth Baudel Wanderley aponta que a sociedade brasileira parece ter hoje um novo olhar sobre o meio rural. Esse espaço é visto como o lugar de problemas - desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, como o lugar do atraso, do não civilizado.

Deste modo, Wanderley considera que a maior integração do rural à sociedade urbano-industrial implicou no reconhecimento do campo como espaço polivalente não mais circunscrito à vocação agrícola e no surgimento de uma nova dimensão político-social relacionada aos grupos rurais: a admissão dos habitantes do campo como sujeitos de direitos amplos. Esse processo, longe de atestar uma crise do rural, reforçaria as identidades dos grupos rurais subalternos, ampliaria seu campo de ação coletiva, favoreceria o seu protagonismo e a capacidade de formular suas demandas e geraria um novo mecanismo de reprodução para a população rural baseada na pluriatividade.

Essa abordagem ajuda a balizar interpretações diferentes sobre o mundo rural brasileiro, em particular amazônico, posto que procura visibilizar e assinalar experiências, dinâmicas e processos socioterritoriais e educacionais da *periferia*, que passam, em grande medida, à margem de interpretações estruturalistas e eurocêntricas, que reproduzem e reforçam uma lógica de classificação social e hierarquização, quer seja entre o urbano e o rural, conforme a lógica normativa da racionalidade política e produtiva mercantil. (DARDOT e LAVAL, 2016; LANDER, 2016).

No contexto da história brasileira, as classes subalternas, principalmente das periferias do campo e das cidades, vêm sendo marginalizadas e excluídas dos modelos de modernização, de desenvolvimento e das políticas públicas marcadamente eurocêntricas, dentre elas a educação. Quando esse direito lhes chega, vem de forma, sobretudo, tutelada, normativa e com poucos investimentos, sendo controlado e ajustado, particularmente pelas lógicas e diretrizes liberais, impondo uma subordinação do Estado e da sociedade ao livre mercado e ao poder político e aos privilégios de uma reinante elite tradicional, o que marca a especificidade do capitalismo dependente e da modernização brasileira (FERNANDES, 1987, OLIVEIRA, 2003).

Mirar a realidade social, em particular o campo brasileiro a partir desse “Brasil profundo”, da periferia e desses sujeitos oprimidos ou vítimas, como nos sugere Santos (2001; 2006; 2009), ajuda a produzir outras interpretações desse “enigma” chamado Brasil e dessa Amazônia, como contraponto às formulações e interpretações eurocêntricas dominantes, que relegaram essas periferias e sujeitos à margem de suas análises e da história.

Observa-se a nítida influência do eurocentrismo como construtor de uma epistemologia de referência para a constituição do imaginário dominante da modernidade/colonialidade. Esta perspectiva do modelo eurocêntrico de razão se consolidou como *Monocultura do Saber* (SANTOS, 2009), que tem como alusão para as produções científicas e estéticas a epistemologia europeia dominante. A não existência dos povos colonizados, neste contexto, significa a ignorância de não pertencer ao modelo válido de pensamento e ao universo da alta cultura europeia, vista como representação do Norte e de seus saberes altamente "superiores" e padrões normativos.

REFERENCIAS

- ALTIERI, M. (1992). Biodiversidad, agroecología y manejo de plagas. CETAL, Valparaiso.
- FRAXE, T.J. P, **Agroecologia em sociedades amazônicas**, Manaus, Editora & gráfica Moderna, 2015.
- LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. In: Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1,2002.
- GUTERRES, I. **Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável (2001) ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 653 p.
- GLIESSMAN, S.R., editor (1978). Agroecosistemas con énfasis en el estudio de tecnología agrícola tradicional. Colegio Superior de Agricultural Tropical, Cardenas, Mexico.
- PRIMAVESI, A. **O solo: a base da vida em nosso globo**. Fazenda Ecológica: Itaí, SP.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of WorldSystems Research, v. 6, n. 2 p. 342-386, 2000.
- SILVA, E.F. P, **a produção de biocombustível e o mercado da farinha de mandioca: as conflitualidades no município de acará – Pará**, Belém, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, B. de S. Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide. Boulder/Londres: Paradigm Publishers, 2014

